

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no RA em Agravo de Instrumento nº: 0319230-3

Embargante: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**

Embargado: **Noval Nunes de Siqueira**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel. Substituto: **Cândido José da F. Saraiva de Moraes**

Acórdão

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NO RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE IMPUTA À SEGURADORA O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS REQUERIDOS PELO AUTOR. CONTRADIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. HIPOSSUFICIÊNCIA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS IMPROVIDOS. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.

3. Admite-se a pretensão recursal quanto ao prequestionamento da matéria, em relação a dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, ainda que destituída de impugnação quanto a omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada. Incidência da Súmula nº 98 do STJ e precedentes.

4. Embargos improcedentes e conhecidos para fins de prequestionamento. Decisão por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes Embargos de Declaração, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de *junho* de 2014.

Cândido José da F. Saraiva de Moraes
Cândido José da F. Saraiva de Moraes
Des. Relator Substituto

fwsd



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no RA em Agravo de Instrumento nº: 0319230-3

Embargante: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**

Embargado: **Noval Nunes de Siqueira**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel. Substituto: **Cândido José da F. Saraiva de Moraes**

RELATÓRIO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., interpõem os presentes embargos de declaração em face da decisão de fl. 104/115, proferida em sede de Agravo de Instrumento, cujo acórdão foi assim ementado:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NO RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA NOS TERMOS DO CAPUT DO ART. 557, DO CPC. POSTERIOR DECISÃO MONOCRÁTICA DE RETRATAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE IMPUTA À SEGURADORA O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS REQUERIDOS PELO AUTOR. PRELIMINAR. DESERÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ADMISSIBILIDADE DA FORMA POR INSTRUMENTO. CABIMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. POSSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO. ART. 3º, §2º DO CDC. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O recolhimento das custas processuais de preparo recursal com base no valor atribuído à causa pela parte autora não caracteriza deserção. Preliminar rejeitada.

2. O volume de processos que versam sobre lides idênticas à dos autos não pode mais ser ignorado, ainda que individualmente o valor pecuniário da obrigação imputada à parte seja relativamente baixo, em especial depois das reformas trazidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a exemplo da Lei de Recursos Repetitivos (Lei nº 11.672/2008), de modo que o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente da demora no provimento jurisdicional pretendido (*periculum in mora*) resta devidamente caracterizado, sendo cabível o presente Agravo na forma de Instrumento.

3. Os serviços de natureza securitária também se submetem às normas consumeristas, nos termos do art. 3º, §2º do Código de Defesa do Consumidor. Assim, o seguro obrigatório dos proprietários de veículos automotores (DPVAT), tem função social, e, apesar de não se tratar de contrato, e sim de uma obrigação legal, as relações daí advindas também são protegidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

4. A hipossuficiência do segurado, tendo em vista a relação jurídica assimétrica entre este e a seguradora, autoriza a aplicação da regra de inversão do ônus da prova de que trata o art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

5. Recurso de Agravo PROVIDO. Decisão Unânime.

Em suas razões recursais (fls. 120/126), a embargante alega, em suma, que a decisão embargada incorreu em contradição quando admitiu a inversão do ônus da prova ao caso dos autos, os quais não referem a relação de consumo, razão pela qual opõem os presentes embargos com o **único intuito de prequestionar a matéria**.

É o relatório.

Recife, 22 de *agosto* 2014.

Cândido José da F. Saraiva de Moraes
Des. Relator Substituto

fwsd

136
[assinatura]

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no RA em Agravo de Instrumento nº: 0319230-3

Embargante: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**

Embargado: **Noval Nunes de Siqueira**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel. Substituto: **Cândido José da F. Saraiva de Moraes**

Voto de Mérito

Como é sabido, o recurso de Embargos de Declaração possui estreita via de conhecimento devidamente estabelecida no art. 535 do Código de Processo Civil, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda, para sanear eventual erro material no julgado.

No caso dos autos, a decisão embargada **negou provimento** ao Recurso de Agravo em Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento interposto pela embargante, e manteve a decisão interlocutória proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Triunfo, a qual, por sua vez, nomeou perito médico para a concepção de prova técnica na pessoa do demandante, ora embargado, em virtude dos traumatismos sofridos no acidente automobilístico ocorrido em março/2008, ao tempo em que arbitrou, em prol do profissional, honorários no importe de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a cargo da ré, ora agravante. (v. fl. 31).

A decisão embargada entendeu que os serviços de natureza securitária também se submetem às normas consumeristas, nos termos do art. 3º, §2º do Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual, o seguro obrigatório dos proprietários de veículos automotores (DPVAT), também são protegidas pelo Código de Defesa do Consumidor, ainda que caracterizem uma obrigação legal. Também considerou que a assimetria na relação jurídica havida entre o segurado e a seguradora configura a hipossuficiência do primeiro, a qual autoriza a aplicação da regra de inversão do ônus da prova de que trata o art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Nos presentes Embargos de Declaração a seguradora manifesta expressamente o interesse em prequestionar a matéria, insistindo na tese de que a ausência de relação de consumo impediria a aplicação da regra do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Considerando que a decisão embargada apreciou expressamente o argumento da embargante, enfrentando a questão da aplicabilidade das normas de proteção ao consumidor em favor do embargado, não se verifica na decisão embargada qualquer omissão, contradição ou obscuridade, nem tampouco erro material, razão pela qual, o intento da embargante nada mais é que rediscutir a matéria, incabível em embargos de declaração. Nessa linha, o STJ, remansosamente, vem decidindo:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. **I - Tendo a decisão embargada sido expressa quanto aos pontos reputados omitidos, não há que se falar na existência de omissão.**

II - Os embargos de declaração não são a via adequada para rediscutir o mérito da causa. III - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1164905/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 24/11/2011) - **[Destaquei]**

137

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO. **REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.** 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. **2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.** 3. **A parte recorrente não indicou nenhuma omissão a ser sanada, motivo pelo qual entendo que todas as questões foram satisfatoriamente analisadas, não sendo caso de acolhimento dos aclaratórios por eventual omissão.** Ressalte-se, ainda, que a contradição que autoriza o manejo de embargos de declaração é aquela existente entre a fundamentação e o dispositivo, e não a que diz respeito à linha de fundamentação adotada no julgado. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl na Rcl 4.018/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2011, DJe 18/11/2011) - **[Destaquei]**

Quanto ao prequestionamento, por sua vez, esta Corte de Justiça tem entendido reiteradamente, no contexto da súmula nº 98 do Superior Tribunal de Justiça, que não há obstáculo à utilização de Embargos de Declaração para essa finalidade, até porque se exige que a matéria ulteriormente a ser remetida a conhecimento do próprio STJ, ou do Supremo Tribunal Federal, seja debatida na corte originária, e o veículo mais comumente utilizado para isso são os Embargos de Declaração. Acerca da matéria, seguem os precedentes:

Súmula nº 98 do STJ: "Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório."

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO INFIRMADOS. SÚMULA 82/STJ. MATÉRIA QUESTIONADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. HABEAS CORPUS. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. É inadmissível o agravo que não ataca os fundamentos da decisão impugnada, conforme dispõe a Súmula 182/STJ. **2. Constata-se que a matéria questionada não foi analisada pelo Tribunal de origem no acórdão de apelação, tampouco nos embargos de declaração, faltando, por conseguinte, o indispensável requisito do prequestionamento, o que impede o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 211/STJ.** 3. Vale registrar, ainda, que a ausência de prequestionamento da matéria inviabiliza, inclusive, o pedido subsidiário de conversão do presente agravo em habeas corpus, sob pena de indevida supressão de instância. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 105.411/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012)

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, omissão ou obscuridade no julgado, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **CONHECER** dos Embargos de Declaração interpostos pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, exclusivamente para fins de pré-questionamento, e, no mérito, **REJEITÁ-LOS**.

É como voto.

Recife, 22 de out de 2014.


Cândido José da F. Saraiva de Moraes
Des. Relator Substituto

fwsd